

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.941, DE 2013

Apensados: PL nº 1.239/2019, PL nº 1.381/2019, PL nº 1.650/2019, PL nº 2.552/2019, PL nº 5.042/2019, PL nº 508/2019, PL nº 5.351/2019, PL nº 5.540/2019, PL nº 4.048/2020, PL nº 4.328/2021, PL nº 2.568/2023 e PL nº 2.657/2023

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.

EMENDA Nº

Altere-se a redação da ementa e dos arts. 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei nº 5.941, de 2013, nos seguintes termos:

“Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual ou indução, instigação e auxílio ao suicídio ou aborto”. (NR)

“**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (*Lei Rouanet*), para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual ou indução, instigação e auxílio ao suicídio ou aborto”. (NR)

“**Art. 2º**

Art. 25.

.....



§ 3º Serão ressarcidos ao Erário os recursos públicos dispendidos com a contratação, com inexigibilidade de licitação, de profissionais de qualquer setor artístico que induzam ou instiguem terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual ou indução, instigação e auxílio ao suicídio ou aborto, respondendo solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.” (NR)

“Art. 3º

Art. 2º

§ 2º

II – que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual ou indução, instigação e auxílio ao suicídio ou aborto”. (NR)

JUSTIFICATIVA

Na Justificação do Projeto de Lei (PL) nº 5.941, de 2013, o Autor explica que tanto os crimes contra a dignidade sexual quanto o crime de induzimento e a instigação de outrem ao uso de drogas são condutas reprováveis, a ponto de o Estado tipificá-las como crimes.

Nesse sentido, prossegue o Autor, nada justifica que o próprio Poder Público, indiretamente, incentive essas condutas, por exemplo, ao contratar profissionais do setor artístico para que se apresentem em festas, ou ao conceder incentivos culturais sob o pálio da *Lei Rouanet*.

Trata-se de argumentação bastante lógica, que endossamos.

Tanto é assim, que apresentamos a emenda acima, que busca ampliar a regra moralizante proposta pelo PL, para nele incluir vedação do uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento, instigação e auxílio ao suicídio ou aborto.



Um estudo publicado pela Fiocruz, em 2022¹, apontou que, em 2020, nos homens com 60 anos ou mais da região Norte, houve um aumento de 26% no número de suicídios. Além disso, nas mulheres de 30 a 59 anos da mesma região, durante dois bimestres consecutivos, também houve incremento na estatística. O padrão também foi observado nas mulheres com 60 anos ou mais do Nordeste, com aumento de suicídios em 40%.

Segundo os pesquisadores da Fiocruz, o suicídio é um problema de saúde pública mundialmente disseminado e que figura como importante causa de morte prematura, especialmente na América Latina. Por isso, é fundamental conhecer a sua magnitude, distribuição e possíveis razões, visando a sua prevenção.

A ocorrência do suicídio pode variar amplamente, dependendo da dinâmica social, econômica, sanitária e de coesão social, especialmente em momentos de forte instabilidade como em guerras ou pandemias.

Portanto, inegavelmente, trata-se de um problema complexo, que envolve inúmeros atores sociais, e que merece elevada atenção por parte de toda a sociedade e, sobretudo, do Congresso Nacional.

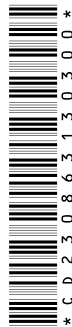
Adicionalmente, a questão do aborto também deve ser objeto de especial atenção pelo Poder Público.

Segundo matéria divulgada pelo Jornal *O Estado de São Paulo*², nos últimos anos, alguns países da América Latina legalizaram a interrupção voluntária da gravidez: em 2020, a Argentina aprovou uma lei que permite o aborto até a 14ª semana de gestação. Em fevereiro de 2022, a Colômbia descriminalizou o aborto até a 24ª semana da gravidez.

Por outro lado, há países da região que endureceram as regras atinentes ao aborto. Honduras reformou em 2021 o artigo da Constituição que proíbe a interrupção em qualquer circunstância, criando um escudo contra futuras mudanças na proibição. A Guatemala, por sua vez, aprovou uma legislação que aumenta a pena de prisão por aborto no país.

1 <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-avalia-excesso-de-suicidios-no-brasil-na-primeira-onda-de-covid-19>. Acesso em 3/9/2023.

2 <https://mobilidade.estadao.com.br/na-perifa/aborto-e-questao-de-saude-publica-e-de-igualdade-racial-e-de-genero-afirma-pesquisadora/>. Acesso em 3/9/2023.



Nesse contexto, nossa emenda busca coibir atividades artísticas eventualmente pagas, subsidiadas ou incentivadas pelo Poder Público, que resultem em induzimento, instigação ou auxílio ao aborto, prática que, a nosso ver, só pode ocorrer dentro das hipóteses restritas previstas pelo Código Penal.

Convictos do acerto de nossa emenda, rogamos aos nobres Pares pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO

